

DO GLOBAL AO LOCAL- A TRAJETÓRIA DO COOPERATIVISMO: UM CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE/BA

Mateus Marcos Souza de Moraes¹

RESUMO: O cooperativismo enquanto doutrina intermediária agrega em sua gênese duas características principais: (i) apego à manutenção da individualidade humana e o (ii) ideal equânime em sua estrutura e mecanismos de ação, tudo isso sustentado na ideia de intervenção e minimização de mazelas socioeconômicas reproduzidas pelo sistema capitalista. Cabe ressaltar aqui, que este trabalho é resultado de uma aproximação inicial acerca à doutrina cooperativista realizada anterior a um estudo monográfico já concluído sobre o cooperativismo em São Felipe. Porém, o objetivo do presente trabalho é realizar uma revisão de literatura pautada em quatro escalas geográficas (Mundial, Nacional/Estadual e local- município de São Felipe-), apresentando alguns marcos históricos da doutrina cooperativista e compartilhando algumas experiências de cooperativas rurais, especialmente, em escala local. No que concerne aos procedimentos metodológicos, estes se basearam no levantamento bibliográfico e na análise documental.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperativismo. Escalas geográficas. Cooperativas formais.

1 INTRODUÇÃO

O mundo capitalista imediatista já apresenta sinais de saturação, as transnacionais não encontram o grande mercado consumidor em expansão, em vários setores sociais, como em décadas passadas, sem falar no descrédito que o capitalismo, no seu modelo atual, vem ganhando no que concerne à sua capacidade de agir em prol da melhoria das condições de vida da população mundial. Nesse contexto, algumas formas de organização social como as cooperativas, despontam como possíveis atenuadores de mazelas.

O cooperativismo é considerado uma doutrina intervencionista, pois busca conviver com o capitalismo ao passo que também age em prol da minimização da desigualdade e pobreza a partir de ações coordenadas e orientadas para um objetivo comum. Sustentado por sete princípios basilares, o cooperativismo foi sistematizado pelo francês Charles Gide e as entidades que seguem o pensamento cooperativista são as cooperativas.

Considerando escalas distintas é possível eleger, a partir da importância histórica, marcos importantes e que se fazem *sine qua non* para o entendimento da doutrina cooperativista e de sua espacialização pelo mundo. Partindo deste pensamento, o presente trabalho tem por objetivo realizar uma revisão de literatura pautada em quatro escalas geográficas (Mundial, Nacional/Estadual e local- município de São Felipe-),

¹ Mestrando em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana- UEFS. Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB. E-mail: mts.ssf@hotmail.com

apresentando alguns marcos históricos da doutrina cooperativista e compartilhando experiências de cooperativas formais, especialmente, em escala local.

No que concerne aos procedimentos metodológicos, este trabalho baseou-se, no levantamento bibliográfico e na análise documental. Sendo assim é considerado uma produção de revisão de literatura sobre a temática. Quanto à divisão estrutural, o artigo primeiramente trabalha com a conceituação de cooperativismo e cooperativas, apresentando o histórico do pensamento e sua sistematização; posteriormente, apresenta o cooperativismo no Brasil e no estado da Bahia, com a fundação das primeiras cooperativas nessas duas escalas; trabalha-se na seção posterior com as experiências cooperativistas mais atuantes que existem/existiram no município de São Felipe-Bahia; e por último, serão apresentadas as conclusões.

2 O COOPERATIVISMO – OS PIONEIROS DE ROCHDALE E A SISTEMATIZAÇÃO DA DOUTRINA POR CHARLES GIDE

O cooperativismo moderno nasce no mesmo contexto histórico do manifesto comunista de Karl Marx, o que revela ideais do pensamento marxista, tido como utópico, no pensamento cooperativista. Entretanto, ciente da impossibilidade da substituição da doutrina liberal capitalista, prefere assim, assumir papel de agente amenizador das mazelas sociais advindas do liberalismo a partir da relação direta e democrática homem-capital. Nesse sentido:

A cooperativa, nessa concepção, seria uma organização que pudesse facilitar o combate e a diminuição das desigualdades sociais a partir da ideia de que a produção não poderia ser apenas de propriedade privada, onde a eliminação de intermediários entre o produtor e o consumidor pudesse diminuir os preços dos produtos. (PINHO, 1966 *apud*. ALVES, 2010, p. 3).

A mesma autora ainda acrescenta, se referindo à existência da relação capitalismo-cooperativismo:

[...] a doutrina cooperativista se enquadra entre as doutrinas intervencionistas, ou seja, entre aquelas que procuram sujeitar a iniciativa privada ao controle e à supremacia de uma entidade que poderá ser o Estado [...] as associações cooperativas (cooperativismo) bem como outros grupos”. (PINHO, 1966, p. 29).

Quanto à primeira cooperativa formal da história, segundo Shineider (1998), assim como a Industrialização e o primeiro conflito entre a classe operária e os donos do capital, a Inglaterra fora a precursora também a conhecer o modelo de cooperativismo

moderno. A efetivação da proposta da primeira cooperativa que se conhece, se deu a partir de um inconformismo crescente de tecelões trabalhadores que emigraram do interior da Inglaterra atraídos pelas possibilidades de empregos da indústria, porém, com a grande oferta ocorreu o barateamento da mão de obra, concomitante à carga horária abusiva, onde alguns trabalhavam 16 horas/dia, impedindo que tais operários tivessem vidas dignas. Muitos destes viam suas mulheres e filhos sendo submetidos a situações ainda mais exploratórias. Assim, diante de tais injustiças, no ano de 1844, na cidade de Rochdale (distrito de Lancashire), 28 tecelões, em pleno auge da industrialização britânica inauguraram um armazém, organizado e regido por normas bem definidas. Embora a primeira experiência só ocorra na primeira metade do século XIX, Fiorin (2007, p.3) sinaliza que as práticas de cooperação não podem ser classificadas como recentes, visto que estas já podiam ser visualizadas, mesmo que informalmente, nas relações sociais em diversas civilizações, como a chinesa, a babilônica, a egípcia e as americanas (pré-colombianas): incas, maias e astecas.

Segundo Gawlak (2002), o cooperativismo, que se origina da palavra cooperação, é uma doutrina cultural e socioeconômica fundamentada na liberdade humana e nos princípios cooperativistas. Pinho (1966, p.30) por sua vez, a respeito da sistematização da doutrina, infere:

A sistematização da doutrina cooperativista se deu há cerca de quarenta anos após a experiência dos pioneiros de Rochdale, pelo então professor de economia política da faculdade de direito de Paris, Charles Gide. Tal doutrina é considerada intermediária entre a doutrina neoliberal-individualista e a doutrina socialista, pois se propõe realizar equitativa repartição e, ao mesmo tempo, manter a liberdade de expressão, característica dos Estados democráticos.

O fato de considerar o cooperativismo uma doutrina intermediária, requer pensar em características norteadoras do capitalismo e do socialismo. Se por um lado, o capitalismo, encabeçado pelos Estados Unidos, apresenta-se de forma cruel e desigual, prejudicando os economicamente mais fracos, o cooperativismo, em tese, busca a equidade e a participação democrática de acordo com quotas-partes, não transferíveis. Noutra perspectiva, o socialismo era/é criticado devido a sua interferência na liberdade econômica e social, fato que a doutrina cooperativista mostra grande oposição na medida em que defende os direitos à liberdade de expressão. Quanto às cooperativas, referem-se àqueles que cooperaram ou ao agrupamento de pessoas em organizações coerente aos princípios da doutrina. Segundo Art. 1º da lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, conhecida como a lei das cooperativas brasileiras: compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo,

originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.

De acordo com a Aliança Cooperativista Internacional (ACI)², o cooperativismo dispõe de sete princípios: A primeira característica ou princípio das cooperativas é a Adesão livre, ou seja, a cooperativa é uma organização livre, a qualquer pessoa civil apta, e que deve se comprometer também com as responsabilidades enquanto cooperado e independe de raça, cor, posição social, credo, sexo, sexualidade ou política partidária para ser cooperado. O princípio posterior diz respeito à gestão democrática, pois as cooperativas devem ter organização democrática e todos os cooperados devem participar da gestão, influenciando nas tomadas de decisões. Cada cooperado tem direito a um único voto. A terceira característica basilar do cooperativismo é a participação econômica dos cooperados. Nesse sentido, os cooperados contribuem equitativamente para o capital de suas cooperativas, controlando-o democraticamente. Quanto ao quarto princípio diz respeito à autonomia e independência. Assim, a cooperativa é uma organização independente e democrática, porém, se por acaso firmarem parcerias com instituições públicas ou recorrerem ao capital externo, essas parcerias devem ser feitas de modo que não afete a autonomia da cooperativa nem o poder decisório dos cooperados. Educação, formação e informação constituem-se como quinto fundamento, pois a cooperativa deve se comprometer a contribuir na formação profissional/crítica dos seus cooperados coerentemente contribuindo para o lado social do indivíduo. O sexto diz respeito à cooperação entre as cooperativas. Este se refere à criação de relações entre cooperativas com potencial para uma ajuda mútua, onde haja benefícios para ambas, dando assim, maiores oportunidades a seus cooperados e desenvolvendo o sistema cooperativista. Por último, a sétima característica base é o interesse pela comunidade, esta refere-se ao desenvolvimento da comunidade a partir de políticas aprovadas e executadas pelas cooperativas.

3 O COOPERATIVISMO NO BRASIL E NO ESTADO DA BAHIA- (A SOCIEDADE COOPERATIVA ECONÔMICA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE OURO PRETO-MG E A SOCIEDADE COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LTDA - CAIXA ECONÔMICA POPULAR)

A difusão das ideias cooperativistas no Brasil ocorreu quando um pequeno grupo de intelectuais tomou contato com a doutrina e procuraram socializar tais ideais. Embora se defenda que desde os primórdios da colonização portuguesa já ocorria o

² Entidade associativa de abrangência mundial que serve como regulador e agente basilar para as cooperativas.

processo de criação de uma cultura de cooperação (principalmente pela igreja católica), interrompida quase que totalmente pela escravidão. Esses precursores consideravam o modelo cooperativista como uma das mais poderosas alavancas para o crescimento econômico sadio. E acreditavam no êxito da proposta, visto que já conheciam o sucesso das associações de crédito cooperativo para pequenos agricultores, na Alemanha e na Itália. No tocante às referidas experiências alemãs e italianas:

Dirigentes cultos e viajados foram buscar os modelos à Europa. O modelo dos Sindicatos Agrícolas à França, o das Adegas Sociais à Alemanha e Itália, o das Caixas de Crédito, sistema Raiffesen, à Alemanha e vários outros países onde se tinham expandido. As nossas organizações agrícolas tradicionais foram praticamente esquecidas. Os Celeiros já estavam mortos, e as Mútuas de gado eram pouco propícias a um controle externo". (GRAÇA, 1992, p. 138)

No mesmo período de introdução do cooperativismo brasileiro (final do século XIX), acontecia a abolição da escravatura no Brasil, e isso de certa forma potencializou o compartilhamento da doutrina. Segundo Pinho (1966), para o contexto que se vivenciava, o cooperativismo exibiu-se como um novo agente de impulso da economia e de relações sociais à medida que as cooperativas abriam espaço para a agregação do pouco capital disperso daqueles indivíduos antes escravizados. É necessário mencionar também a importância que a imprensa brasileira da época teve para a divulgação e disseminação do cooperativismo pelo país, evidenciando que se tratava mais de uma estratégia política-econômica que ações direcionadas a outros fins. Um dos marcos dessa nova estratégia brasileira se evidenciou na edição de maio de 1888 da Revista Financeira do Rio de Janeiro *apud* Pinho (1966, p. 95), afirmou:

[...] que o Brasil agora entrando em nova fase de existência que lhe impõe novos deveres, carece de imediatamente sociedades cooperativas, destinadas à produção e ao consumo, que vinham auxiliar o desenvolvimento de sua riqueza, atenuar as dificuldades de todas as épocas inerentes às grandes reformas sociais, ao passo que utilizarão os pequenos capitais esparsos que, no isolamento atual, nenhuma força produtiva determinam.

Assim percebe-se que o cooperativismo recebeu funções distintas, desde alavancar uma economia abalada devido às mudanças no que concerne à proibição da mão de obra escrava, a quebrar com o isolamento dos pequenos capitais da época que pouco acrescentava na economia do país. Embora o incentivo político, acredita-se que questões socioculturais tenham dificultado a organização em cooperativas, visto que a

desigualdade exacerbada e a hierarquização de uma sociedade pós-escravismo apresentavam-se como entraves para a organização de grupos em cooperativas. Dessa mesma forma, Vianna (1999) ainda complementa:

Como, pois, no meio dessa dispersão - que vem desde os primeiros dias da colônia - as estruturas de solidariedade social e os 'complexos culturais' correspondentes poderiam ter ambiente para se formar, e se desenvolver, e se cristalizar em usos, costumes e tradições? (VIANNA, 1999, p. 140 *apud* CORREA, 2003, p. 38)

Contudo, o grande esforço desses primeiros idealistas brasileiros trouxe alguns resultados concretos, prova disso é que nos anos que se seguiram alguns grupos se organizaram em forma de cooperativas. Segundo Pinho (1966), as informações indicam que o início do cooperativismo formal no Brasil se dá a partir da criação da Sociedade cooperativa Econômica dos funcionários Públicos de Ouro Preto-MG, em outubro de 1889, esta se refere a mais antiga cooperativa brasileira que se tem registro. E foi apenas a primeira, pois nos anos posteriores outras cooperativas foram fundadas: em 1891 foi criada a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira-SP e em 1984 a Cooperativa Militar de Consumo do Rio de Janeiro. Mediante a observação dos pontos históricos do cooperativismo brasileiro, nota-se o pioneirismo no ramo de cooperativas nessa macrorregião, sul/sudeste. Nesse direcionamento Vereine (1999), ainda fala da facilidade em organização em grupos no Rio Grande do Sul, fato que por ela é justificado pela presença da cultura alemã no estado:

Existem associações em praticamente todas as localidades coloniais de algum porte, que se dedicam ao lazer de tipo mais elevado, a formas de lazer que destinam ao espírito e ao coração. São sociedades de canto, orquestras, sociedades de teatro, círculos de leitura etc. [...] Existem associações em praticamente todas as localidades coloniais de algum porte, que se dedicam ao lazer do tipo mais elevado, a formas de lazer que se destinam ao espírito e ao coração. (VEREINE, 1999, p. 302 *apud* CORREA, 2003, p. 40)

Nesse período inicial, segundo Pinho (2004, p. 13) “o estado do Rio Grande do Sul saiu na dianteira no ramo das cooperativas de crédito, quando, sob a liderança do padre suíço Theodor Amstad, em 1902, fundou a primeira cooperativa no modelo *Raiffeisen* (Caixas rurais).” Observa-se, então, a partir desse e de outros fatos históricos, a próxima relação que o cooperativismo tinha com a Igreja Católica na época. É verificada também certa relação de estudiosos da doutrina cooperativista com a religião, temos como exemplo, o difusor do crédito e do banco popular, Luigi Luzzatti, que certa vez mencionou “Ajuda-te, Deus e o Estado te ajudarão”. Tal citação também deixa evidente

que o modelo de cooperativas de crédito de Luzzatti concorda em receber apoio estatal. Ainda sobre tal relação cooperativismo/religião, Pinho (1966, p. 27) coloca sobre o modelo Raiffeiseniano: “[...] dão grande apoio à formação moral dos associados, que respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações contraídas pela cooperativa e fundam-se no princípio cristão de amor ao próximo”. Já outros autores apresentam algumas cooperativas como a organização que mais favorece o florescer da parte mais cristã do ser humano. Ou como a parte mais angelical da relação, homem-capital.

Só a partir do século XX, impulsionado também pelo fim da escravidão e pelo amadurecimento da doutrina cooperativista em território nacional é que, de fato, cria-se certa facilidade na criação de cooperativas e difusão das mesmas nos ramos distintos. Foi nesse início de século que se passou a contar também com a experiência de alguns imigrantes no ramo, sobretudo, de alemães, japoneses e italianos vindos para o trabalho nas fazendas em substituição do trabalho escravo. Entretanto, apenas em 1932, segundo Pinho (1966), que o cooperativismo apresentou grande crescimento, aumentando o número de cooperativas no Brasil. Isso especialmente devido a dois motivos principais: Primeiro, o governo viu nas cooperativas uma das formas mais eficientes de solucionar problemas econômicos decorrente da crise de 1929. Segundo, a promulgação da lei do cooperativismo brasileiro, com o decreto 22.239, de 19 de dezembro de 1932. O período pós-ditadura militar e de promulgação da Constituição cidadã (1988) também se mostra como ponto chave para se discutir o crescimento do cooperativismo no Brasil, pois foi um momento de novo acréscimo no número de cooperativas, ocasionado principalmente pela evidente mudança da relação entre Estado/Sociedade civil. A própria Carta magna orientava/orienta o fomento às entidades cooperativas.

Segundo Chaves (2011), o ponto inicial do cooperativismo baiano³ se deu no ano de 1914, e teve como marco histórico a constituição da Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda. - Caixa Econômica Popular, esta foi a primeira cooperativa registrada na junta comercial. Entretanto, o período onde se visualizou maior interesse pelo cooperativismo no estado foi na década de 30 do século XX. Tal período coincide diretamente com o primeiro decreto do cooperativismo brasileiro e com o governo de Landolfo Alves (1938-1942), onde houve o primeiro *boom* das cooperativas em escala nacional. Ainda nesse período, no estado da Bahia, houve a criação da Cooperativa

³ Sobre o cooperativismo no referido estado, dados do Dieese - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - (2010), atualizam os números, apontando que o Nordeste respondeu por 13,2% do total de cooperativas no Brasil em 2010, com 3.180. Por sua vez, a Bahia respondeu por 31,4% das cooperativas nordestinas (e 4,1% das brasileiras), com 997 estabelecimentos.

Instituto de Cacau da Bahia, em 1938, e a Cooperativa Central de Moageiros e Plantadores de Mandioca do Estado da Bahia, em 1940, ambas com sede em Salvador.

Segundo Chaves (2009), após esse período de pleno crescimento, o cooperativismo teve poucos avanços nos anos que se seguiram, exibindo reação em 1960 quando fora criado a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que montou um departamento que tratava com exclusividade dos grupos cooperativos formais. A partir dessa ação, em específico, já demonstra a importância que o cooperativismo já tinha para o país no ponto de vista social e econômico nesse período.

No que se refere a organizações de representação do cooperativismo na Bahia, apenas em 1970, a OCEB (Organização das Cooperativas do Estado da Bahia), que é o órgão responsável pelo sistema, foi fundada no estado. A OCEB objetiva assegurar o cumprimento da constituição, a consolidação e o fortalecimento das cooperativas baianas, ressalta Chaves (2011, p. 71). O sistema tem o apoio também da SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), que se vincula ao sindicato e à OCEB e atua na educação e na capacitação profissional, coerentemente como defende um dos princípios fundadores das cooperativas.

Segundo Chaves (2011, p. 72), o cooperativismo na Bahia ganhou novo fôlego em 2009 quando foi sancionada a Lei 11.362, de 26 de janeiro 2009, que instituiu a política de apoio às cooperativas. A referida lei criou o Conselho Estadual de Cooperativismo (CECOOP), este por sua vez tem por objetivo planejar e avaliar ações desenvolvidas no âmbito político estadual de apoio ao cooperativismo no estado. De acordo com a pesquisa do Dieese pode-se acrescentar que:

Em agosto de 2011, o governo baiano, através do Decreto nº 13.148, regulamentou a Lei estadual nº 11.362/2009, que instituiu a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo. Tal política consiste de um conjunto de princípios, diretrizes, regras e ações para incentivo, fomento, estímulo e apoio à atividade cooperativista no Estado, de forma progressiva e permanente, mediante articulação de ações de diferentes órgãos e instituições da Administração Pública Direta e Indireta. (DIEESE, 2013, p.9)

Ainda de acordo com o Dieese, de forma geral, foram/são diversas as medidas adotadas pelo governo para incentivo ao cooperativismo. Pode ser listada a participação das cooperativas em processos licitatórios do poder público, medidas creditícias específicas, incentivos às inovações, promoção de exportações – que vai além da questão do crédito, como suporte de informações mercadológicas e/ou de procedimentos, incentivo à concentração e fortalecimento das atividades e isto veio a representar ganhos – mormente nas atividades produtivas, entre outras.

4 COOPERATIVISMO EM SÃO FELIPE-BA – A COMASFE, A COOPERRECÔNCAVO E A COOAFATRE

Anterior a qualquer explanação sobre o cooperativismo no referido município há de se apontar dois principais motivos para que o ramo ali seja ainda incipiente. Primeiro, o município é predominantemente composto por pequenos proprietários rurais que vivem exclusivamente do trabalho no ambiente rural e agricultura de subsistência, e são geralmente adversos às ideias que provoquem mudanças, como o cooperativismo, e mesmo que haja uma aceitação, são facilmente descartadas caso não obtenha sucesso imediato. Segundo, o histórico do cooperativismo na região, no qual o município de São Felipe se localiza, não se apresenta como agente motivacional à participação dos moradores, visto que em algumas ocasiões gestores de cooperativas da região se aproveitaram da posição para desviar recursos para ganhos individuais (vide caso da Cooperrecôncavo). Tais fatos são apresentados por Chaves (2009). Fatos que leva a outro problema, pois é indispensável à organização de uma entidade, como as cooperativas, a confiança no outro, união de forças, grau de organização e articulação. Nesse sentido, Santos (2009, p.8), menciona que: “O caso da Cooperrecôncavo fez com que alguns agricultores não acreditassem no cooperativismo, principalmente por causa da conjuntura atual que de certa forma abalou a região”. E acrescenta: “No processo de investigação e reconstrução da Cooperrecôncavo, a decadência era consequência de gestão e da má administração que de certa forma promoveu a descrença no sistema cooperativista na região”. A Cooperrecôncavo é uma antiga cooperativa da região, responsável, em parte, pela desconfiança de muitos produtores quanto ao cooperativismo.

Para além dessas questões ainda de acordo com Santos (2009, p. 8), se exhibe a falta de cultura à cooperação e organização social, o que Correa (2003, p. 17) baseando-se em ideias de Putnam (1993), considera fator determinante para o desenvolvimento ou não de uma sociedade cooperativa. O fato é que o município tem uma história cooperativa recente que deixa à mostra questões relevantes de serem discutidas. A fim de apresentar o cooperativismo no município, convém discutir, também, o processo de construção, desenvolvimento e desativação da COMASFE- Cooperativa Agrícola de Produtores de Mandioca de São Felipe Ltda.

A referida Cooperativa é resultado de esforços num projeto experimental Módulo Agroindustrial de Mandioca para Produtores de Baixa Renda, este que por sua vez, integra o projeto de Nutrição Brasil/BIRD (PNBB), coordenado pelo Instituto Nacional

de Nutrição e Alimentação e executado pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento do Estado da Bahia (CEPED), através do Programa de Tecnologia Agroindustrial (PROAGRO), segundo Carvalho (1982) *apud* Chaves (2011).

Relata-se que a COMASFE, inicialmente, contava com 41 sócios, sendo a maioria das comunidades do Sapezinho, Cangalheiro, Retiro, Terrão, Jaqueira, Jenipapo, Sobradinho e Fazenda Velha. Segundo Chaves (2009), durante o seu funcionamento a cooperativa chegou a contar com 120 associados. A sede da cooperativa, por sua vez, foi construída na comunidade do Sapezinho, considerada carente no município, tal comunidade fica há cerca de 4 km da sede municipal.

A matéria prima principal da cooperativa era a mandioca, esta que se produzia em abundância não só no município, mas em toda região. Os derivados iam da farinha de mandioca ao beiju, essa primeira em maior escala. É relatado que semanalmente a cooperativa produzia em média 500 sacos de farinha. O grande trunfo da COMASFE, nesse início de comercialização, pautava-se em dois fatos: 1- Matéria prima em abundância; 2- mercado consumidor fiel e garantido, no caso, a produção era vendida à Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL).

Chaves (2009) remonta que, segundo os cooperados, a cooperativa proporcionou acréscimos significativos na renda. Além disso, sempre desenvolvia cursos de capacitação profissional ligados ao meio agrícola, o que abria novas possibilidades aos pequenos produtores da região. A cooperativa movimentou significativamente a economia do município, pois gerou empregos e teve participação na renda de cerca de 100 famílias ligadas a ela. Ressaltando que os indivíduos que participavam dos cursos, por obrigação deveriam socializar o que aprenderam visto que, assim, além de proporcionar o conhecimento a um maior número de pessoas, também fomentaria a criação de práticas de ajuda e cooperação entre eles.

Com os excedentes da produção e comercialização foi possível, segundo Chaves (2009), a construção, dentro da sede, de um tipo de farmácia comunitária e um minimercado, a fim de que os cooperados adquirissem tais produtos a preços menores. Como se percebe, algumas ações para criar redes de apoio, que são coerentes às ideias da doutrina cooperativa, foram realizadas pela gestão. Porém, com a extinção da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), um efeito cascata caiu sobre a COMASFE, pois a mesma possuía apenas a companhia como compradora dos produtos beneficiados, dessa forma, a ausência de mercado consumidor contribuiu para a paralisação das atividades na cooperativa.

Segundo Chaves (2009), apontam-se dois, como principais erros da cooperativa, o primeiro se refere à concentração da comercialização em apenas um comprador, o outro se refere à falta de participação democrática de todos os cooperados. Tais afirmações se pautam na consulta das atas da referida cooperativa e na realização do grupo focal junto a alguns cooperados, onde alguns salientam que os gestores da COMASFE não prestavam contas devidamente e para as reuniões gerais o diretor chegava a falar que “não precisa vir todo mundo”, tais fatos vão totalmente contra os princípios de uma cooperativa que preza pela clareza dos números, produção, despesas, excedentes e pela gestão democrática.

Outro fator que se apresenta como responsável para o declínio da cooperativa é a individualidade que predomina na região, segundo alguns relatos, existia uma resistência explícita quanto ao trabalho em grupo, havia muita desconfiança. Tal fato também pode ser explicado pela potencialização de disputas, do individualismo e a falta de confiança no outro, comum na sociedade globalizada.

Faz-se também pertinente mencionar duas outras experiências cooperativistas no município, a Cooperrecôncavo e a Cooperativa de Artesanato de São Felipe, ambas pautadas no desenvolvimento e na melhoria de vida da população local. A primeira refere-se a uma cooperativa de abrangência regional, está já extinta, tinha inicialmente 50 agricultores familiares associados, e 312, no período de declínio, nos municípios de Maragogipe, São Felipe, São Félix e Cruz das Almas. A mesma teve fundação em 1997 com o objetivo de facilitar o crédito cooperativo do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar). De acordo com Chaves (2009, p. 78), a sede desta se situava na comunidade do Batatan, no município de Maragogipe. A extinção da mesma deveu-se à falta de confiança entre os cooperados e às questões referentes a ocorrência de desvios de recursos.

A outra experiência cooperativa no município diz respeito à Cooperativa de Artesanatos de São Felipe, que segundo Chaves (2009, p. 78) *apud* Silva (2009), os trabalhos desempenhados constituíam-se na confecção de arranjos feitos com o talo da folha de bananeira e tronco de árvores, objetos com crochê e pinturas em tecido. Tal cooperativa se encontra, atualmente, paralisada.

Em suma, o cooperativismo no município foi aos extremos em um curto período de tempo, tendo como precursora a COMASFE em (1980), que disseminou o pensamento cooperativista no município e abriu as discussões sobre as possibilidades e potencialidades de um trabalho conjunto e democrático, tal período de funcionamento da referida cooperativa considera-se como o auge do cooperativismo em São Felipe. O

declínio ocorre em 2002 quando é extinta, devido a problemas já relatados. Nesse período, o ramo cooperativo no município, apesar do funcionamento da recém-fundada Cooperrecôncavo (1997), passa por um momento de pouca atuação. A Cooperrecôncavo, que trabalhava principalmente com a comercialização do Inhame *in natura*, chegou até a exportar para países da Europa, a partir de contato com empresas do sudeste do país. Neste contexto, e devido a tais comercializações, o setor de cooperativas no município se equilibra, porém, com ações tímidas, devido a ter atividades concentradas apenas na divisa do território de São Felipe com Maragogipe. Já em 2006, o quadro do cooperativismo local se torna quase inexistente com a extinção da Cooperrecôncavo, pois as atividades no ramo foram totalmente paralisadas. Um fôlego ao cooperativismo sanfelipense foi dado na fundação da Cooperativa da Agricultura Familiar do Território do Recôncavo da Bahia (COOAFATRE) e da cooperativa de Artesanato de São Felipe. Ou seja, num período de 30 anos o cooperativismo no município teve oscilações consideráveis, indo da pujança quanto aos excedentes e exportações à quase inexistência de qualquer atividade ligada ao cooperativismo. Atualmente, apenas a COOAFARTE se encontra ativa, pois a Cooperativa de Artesanato foi desativada há mais de cinco anos.

5 A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Como não é de interesse do cooperativismo a total superação das desigualdades, sustentada pelo sistema capitalista, tal doutrina, então, é enquadrada entre as intervencionistas. Distinta daquelas de cunho político-ideológico como o Socialismo, que buscava, sobretudo, a superação total das desigualdades e a substituição do capitalismo, o cooperativismo apresenta-se como um viés alternativo para a amenização da pobreza e, para alguns, apresenta a face mais cristã da relação homem/capital.

O início do cooperativismo formal no Brasil se dá a partir da criação da Sociedade cooperativa Econômica dos funcionários Públicos de Ouro Preto-MG, em outubro de 1889, esta refere-se a mais antiga cooperativa brasileira que se tem registro. Entretanto, apenas em 1932, segundo Pinho (1966), que o cooperativismo apresentou grande crescimento, aumentando o número de cooperativas no Brasil. Isso devido principalmente à promulgação da lei do cooperativismo brasileiro, com o decreto 22.239, de 19 de dezembro de 1932.

Na Bahia, o ponto inicial do cooperativismo formal ocorre no ano de 1914 e teve como marco histórico a constituição da Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda. - Caixa Econômica Popular, esta foi a primeira cooperativa registrada na junta comercial da Bahia. Entretanto, o período onde se visualizou maior interesse pelo cooperativismo no estado foi na década de 30 do século XX. Tal período coincide diretamente com o primeiro decreto do cooperativismo brasileiro e com o governo de Landolfo Alves (1938-1942).

Na escala local, as três experiências que se destacam são a COMASFE, a Cooperrecôncavo e a COOAFATRE. A COMASFE foi a precursora no município, fundada em 1980 dentre as três foi a que obteve maior êxito, porém, paralisou suas atividades após a falência da principal e única compradora de seus produtos beneficiados. A Cooperrecôncavo, fundada em 1997 também realizou algumas atividades importantes, chegando a exportar Inhame *in natura* para a Europa, mas findou suas atividades após atos de corrupção entre os gestores. Um fôlego ao cooperativismo sanfelipense foi dado na fundação em 2006 da COOAFATRE, esta que ainda enfrenta grandes impasses para seu pleno funcionamento, entraves que envolvem falta de organização coletiva e desconfiança para com o modelo cooperativista e sua possibilidade de êxito.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucir. **O Cooperativismo de Produção e a contribuição da cooperativa C. Vale para o desenvolvimento econômico e social do município de Palotina (PR)**. In: IX Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel-PR. Cascavel, 2010.

BAHIA-DIEESE. **Estudo sobre o perfil das cooperativas baianas**. Salvador, 2012. Disponível em: <http://geo.dieese.org.br/bahia/estudos/perfil_coop_baianas.pdf>. Acesso em: Janeiro de 2016.

BRASIL. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: Janeiro de 2016

CHAVES, Gilvânia Nunes. **Cooperativismo e Desenvolvimento Local: Análise da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe/BA**. Santo Antonio de Jesus, BA. UNEB. Dissertação de mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional, 2009.

CHAVES, Gilvânia Nunes. **Cooperativismo E Desenvolvimento Local: Análise da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe/BA**. In: Anais: ANPUR. Rio de Janeiro, 2011.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. **Capital Social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul. Ed. EDUNISC, 2003.

FIORIN, José Augusto (org.). **Introdução ao cooperativismo**. Ijuí. Sapiens Editora, 2007.

GAWLAK, Albino. TURRA, Fabianne Ratzke. **Cooperativismo: Filosofia de vida para um mundo melhor**. 4ª edição. Brasília-DF, 2002.

GRAÇA, Laura Larcher. “**O Sindicato Agrícola: Primeiros Passos (1893-1910)**” in INIA –DEESA, “Temas de Economia e Sociologia Agrárias”. Lisboa, 1992

OCB- Organização das Cooperativas Brasileiras. **História do Cooperativismo**. Disponível em <[http:// www.ocb.org.br](http://www.ocb.org.br)>. Acesso em: Janeiro de 2016.

PINHO, Diva Benevides. **Que é cooperativismo**. São Paulo Editora S.A. São Paulo-SP, 1966.

SANTOS, Isabel. *et al*/ VELLOSO, Tatiana. **Educação Para Cooperação: A Experiência da Cooperativa Agro-Industrial do Recôncavo Da Bahia – Cooperrecôncavo**. In: Anais: Egal. Montevideu-Uruguai, 2009.

SCHNEIDER, José Odelso. **As Origens do Cooperativismo Moderno**. In Compendio de Cooperativismo UNIMED. Porto Alegre: WS Editor, 1998.